

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

I - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 250856/2025

II – DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Recebimento: **11/02/2026** até **03/03/2026** às 10:00h;

Abertura: **03/03/2026** às 10:00h;

Sessão pública: **03/03/2026** às 10:00h.

Interstício mínimo para o recebimento das propostas de **08 (oito) dias úteis**.

III – OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de materiais (esportivos) para execução do **Projeto ACADEMIA AO AR LIVRE** no Município de Salvador/BA, nos termos da tabela do item 1.2 do Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

IV - CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo.

V - MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado.

VI – PRAZOS:

Vigência do contrato: **90 (noventa) dias** contados da data de sua assinatura.

VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/ENTIDADE: 52002 - SEMPRE

SUBAÇÃO: 118800 - Construção de Equipamentos de Esportes e de Lazer

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51 - Obras e Instalações

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE: 1.700.1.1.0.001 - Outras transf. de Convênios ou Instrum. Congêneres da União - Tesouro

1.500.1.1.1.001 - Recursos Não Vinculados de Impostos – Tesouro

VIII – VALOR DE REFERÊNCIA:

Valor total estimado é de **R\$ 420.284,06** (quatrocentos e vinte mil duzentos e oitenta e quatro reais e seis centavos).

IX – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Grupo Único – Ampla participação.

A **SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE A POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE** torna público para conhecimento dos interessados que receberá propostas de preços e documentos de habilitação para a licitação na modalidade descrita acima, conforme condições estabelecidas neste edital e anexos.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

O Município de Salvador, por intermédio da **SEMPRE**, CNPJ 13.927.801/0017-06, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO MENOR PREÇO**, nos moldes do que consta do Processo Administrativo nº **250856/2025**, regendo-se pelas condições estabelecidas neste Edital, nos termos do Decreto Municipal nº 36.784/2023 e da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

- 1.1. AQUISIÇÃO** de materiais (esportivos) para execução do Projeto ACADEMIA AO AR LIVRE no Município de Salvador/BA, nos termos da tabela do item 1.2 do Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** A licitação será realizada em grupo único conforme descritos no anexo I (item 1.2 do Termo de Referência).

2. DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários da **SEMPRE**, aprovados para o exercício financeiro de 2025, devidamente ajustadas nas dotações de exercícios subsequentes, impondo sempre que seja providenciada prévia dotação orçamentária e, se cabível, o respectivo pré-empenho antes da celebração de qualquer contratação a ser efetivada em decorrência da presente licitação:

ÓRGÃO/ENTIDADE: 52002 - SEMPRE

SUBAÇÃO: 118800 - Construção de Equipamentos de Esportes e de Lazer

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51 - Obras e Instalações

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE: 1.700.1.1.0.001 - Outras transf. de Convênios ou Instrum. Congêneres da União - Tesouro

1.500.1.1.1.001 - Recursos Não Vinculados de Impostos - Tesouro

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Compras eletrônico indicado no caput até a data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. O Certame será para ampla participação de interessados inclusive Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP.**
- 3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:**
- I. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
 - II. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - III. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - IV. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - V. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - VI. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - VII. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - VIII. Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - IX. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, quando devidamente justificado pela Administração, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.7.1.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º

14.133/2021.

- 3.8. O impedimento de que trata o inciso IV do item 3.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o inciso II do item 3.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto no inciso II do item 3.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o inciso VIII do item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:
- 4.3.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- I. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- I. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9, inciso I, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.13. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I. Valor total unitário e total do item;
- II. Marca;
- III. Fabricante
- IV. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.17. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 4.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.19. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.20. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 4.21. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.
5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente essas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total dos grupos.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto e fechado**.
- 5.12. No **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais e não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- Empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize;
 - Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **duas (02) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DO JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item

3.7 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e mediante a consulta aos cadastros previstos no art. 91 § 4º da referida Lei e aos cadastros utilizados pelo Município do Salvador.

6.2. Atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas-ME e as Empresas de Pequeno Porte-EPP, o pregoeiro verificará se o licitante faz *jus* ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste Edital.

6.3.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 ao 35 do Decreto nº 36.784 de 30 de março de 2023.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, neste Edital e seus Anexos;
- III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7. Não será causa de desclassificação as irregularidades formais que não afetem o conteúdo das propostas ou não impeçam o seu entendimento e que não comprometam os interesses da Administração.

6.7.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, e que se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2. Serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro, os erros materiais irrelevantes, considerados aqueles cuja ocorrência não comprometam a Administração e a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. O pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Após a negociação a proposta que apresentar valor superior ao estabelecido em orçamento estimado contido neste Edital será desclassificada.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade das especificações técnicas com as exigências contidas neste Edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

9.2. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- I. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - II. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 9.3. Serão desclassificadas, da mesma forma, as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste Edital e anexos.
- 9.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica dos outros setores do Órgão ou Entidade a fim de subsidiar sua decisão e da assessoria jurídica quando existir dúvida jurídica.
- 9.5. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 10.2. As empresas Licitantes apresentarão os documentos especificados a seguir:
- I. Documentação relativa à habilitação jurídica;
 - II. Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
 - III. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;
 - IV. Documentação relativa à qualificação técnica;
 - V. Documentação complementar solicitada no Edital.
- 10.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, estas deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal;
- 10.4. A Habilitação Jurídica deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:
- I. Pessoa física:
 - a. Cédula de identidade - (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
 - II. Empresário individual:
 - a. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - III. Microempreendedor Individual - MEI:
 - a. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
 - IV. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:
 - a. Inscrição do ato constitutivo;
 - b. Estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - V. Sociedade empresária estrangeira:
 - a. Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 - VI. Sociedade simples:
 - a. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
 - VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:
 - a. Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
 - VIII. Sociedade cooperativa:
 - a. Ata de fundação;
 - b. Estatuto social e a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
 - c. Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
 - IX. Agricultor familiar:
 - a. Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
 - X. Produtor Rural:
 - a. Matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022.
- 10.4.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:
- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

10.5.1. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5.2. O cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal deverá ser relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6. A Qualificação Econômico-Financeira deverá ser comprovada pelos seguintes documentos:

- I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.7. A Qualificação Técnica deverá ser comprovada por Atestado de Fornecimento de bens similares com quantidades e características compatíveis com os definidos no item 1.2 do Termo de Referência que segue abaixo no Anexo I deste edital.

10.8. Acerca da documentação comprobatória da Qualificação mencionada nos itens anteriores, deve-se observar o que segue:

10.8.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.8.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.9. O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

10.10. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

10.11. Em se tratando de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, aplica-se o disposto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.12. A não regularização da documentação no prazo previsto na legislação mencionada no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.13. Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11. DO RECURSO

11.1. Caberá recurso em face de:

- I. Julgamento das propostas;
- II. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III. Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

- I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em até 10 (dez) minutos exclusivamente no sistema eletrônico, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 03 (três) dias úteis será iniciado a partir ato de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
- II. A apreciação se dará em fase única.

11.3. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

11.4. A ausência de manifestação imediata e motivada quanto a intenção de recorrer no prazo estabelecido, importará na decadência desse direito, autoriza a Administração a adjudicar o objeto a licitante vencedora.

11.5. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 03 (três) dias úteis contados do término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. O não oferecimento de razões no prazo previsto implicará em não conhecimento do recurso.

11.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.9. As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviados/anexados, exclusivamente, no sistema eletrônico.

11.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.11. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.12. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao licitante vencedor.

12.2. A homologação do resultado deste pregão compete a autoridade competente do órgão.

13. DA INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, assinar o instrumento contratual.

13.2. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

13.3. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

13.4. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual, será verificado no Certificado de Registro Cadastral - CRC e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima no Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima durante o Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- IV. **Multa**:
 - a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (30) trinta dias;
 - b) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - i. O atraso superior a (30) trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
 - c) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de (15) quinze dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de (20) vinte dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou

controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133/2021.

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de (15) quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1. Até (03) três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, mediante petição, a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: cosel-sempre@salvador.ba.gov.br.

15.2. O pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação do certame.

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.4. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.5. As impugnações serão enviadas eletronicamente em formato *Portable Document Format* - PDF, com tamanho máximo de (05) cinco megabytes.

15.6. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente via *internet*.

15.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até (03) três dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- V. prática obstrutiva:
 - a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;
 - b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8. A autoridade superior compete anular este pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e

fundamentado.

- 17.9.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 17.10.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste Edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 17.11.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste pregão.
- 17.12.** Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 17.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste Edital.
- 17.14.** Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública alterada desde que motivado o ato do adiamento.
- 17.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 17.16.** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.17.** São partes integrantes deste Edital:
ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;
ANEXO III- Modelo de Declaração a serem apresentadas juntamente com a proposta;
a) Declaração negativa de relação familiar ou parentesco;
b) Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018;
c) Declaração de integralidade dos custos;
d) Declaração de reserva de cargos;
e) Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP;
f) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º. Da Constituição Federal;
g) Declaração de pleno conhecimento do edital e anexos;
h) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública.
ANEXO IV - Modelo de Procuração;
ANEXO V - Minuta de Contrato.

- 17.18.** Este Edital será divulgado na página eletrônica da Prefeitura Municipal do Salvador-PMS, no endereço eletrônico: compras.salvador.ba.gov.br, no portal compras.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em jornal local de grande circulação.

18. DO FORO

- 18.1.** As questões decorrentes das previsões deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Salvador, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 20 de janeiro de 2026.



FELIPE LUCAS
Diretor Geral de Esportes e Lazer
Mat. 3172887

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 12.11.2025

1. DO OBJETO E AS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos desportivos para academia de ginástica para implantação do projeto **ACADEMIA AO AR LIVRE** no Município de Salvador/BA, **Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 944898/2023**, nos termos da tabela do item 1.2, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.2. A licitação será realizada em **Grupo Único**, conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO- EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS						
NºITEM	CODIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANT.	U.M.	VALOR MÉDIO COTADO	
					VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	100006830	BANCO DE SUPINO RETO: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO, COM 1,38M DE ALTURA X 1,25 M DE LARGURA X 1,6M DE COMPRIMENTO, PESO APROXIMADO DE 45 KGS. ESTRUTURA DO BANCO CONFECCIONADA EM TUBOS RETANGULARES DE 100X60X2MM, ESTOFADO ERGONÔMICO COM FORMATO RETANGULAR DE 1300X250MM, BASE COM 5 PÉS. UTILIZADO NOS EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA O GRUPAMENTO MUSCULAR PEITORAL E DE BRAÇOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 7.790,00	R\$ 23.370,00
2	100006831	BANCO DE SUPINO INCLINADO TIPO TRINTA GRAUS: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO, COM 1,38M DE ALTURA X 1,25 M DE LARGURA X 1,6M DE COMPRIMENTO, PESO APROXIMADO DE 45 KGS. ESTRUTURA DO BANCO CONFECCIONADA EM TUBOS RETANGULARES DE 100X60X2MM COM REGULAGEM DE ASSENTO, ESTOFADO ERGONÔMICO. FAZ UM ÂNGULO DE 30 GRAUS COM A HORIZONTAL E TEM O FORMATO TRAPEZOIDAL COM AS DIMENSÕES: 200MMX125MMX300MM NO ASSENTO E 300MMX200MMX1000MM NO ENCOSTO, BASE COM 5 PÉS. UTILIZADO NOS EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA O GRUPAMENTO MUSCULAR PEITORAL E DE BRAÇOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 8.790,00	R\$ 26.370,00
3	100006832	MÁQUINA DE SUPINO ARTICULADA: CONFECCIONADO EM MATERIAL DE AÇO INOXIDÁVEL TIPO ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO, ESTRUTURA TUBO RETANGULAR 100X60X2MM EM METRAGEM IGUAL A 9,5M E TUBO RETANGULAR 80X40X2MM EM METRAGEM IGUAL A 5,5M. BASE TRASEIRA DE TUBO 100MMX60MMX2MM EM FORMA DE "M", COM LATERAIS EM ÂNGULO DE 75 GRAUS ENTRE	3	UNID.	R\$ 9.990,00	R\$ 29.970,00

		ELAS. POSSUI DOIS BRAÇOS DE MOVIMENTO EM FORMATO DE TRIANGULO, BASE COM 5 PÉS, 3 ESTOFADOS ERGONÔMICOS COM O FORMATO RETANGULAR, SENDO 2 PARA O APOIO DOS COTOVELOS COM 140X320MM, E UM ENCOSTO COM 410X580MM. ACABAMENTO EM TEFLON E TRATAMENTOS UV, ANTI- CHAMA E ANTI- FUNGOS. UTILIZADO NOS EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA O GRUPAMENTO MUSCULAR PEITORAL E DE BRAÇOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.				
4	100006833	APARELHO CONJUGADO BARRA FIXA E PARALELA: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM 2,4M DE ALTURA X 1,30M DE LARGURA X 1,12M DE COMPRIMENTO, PESO DE 65 KGS, ESTRUTURA DE TUBO RETANGULAR 70X50X2MM, EM METRAGEM IGUAL A 9,5M, E TUBO QUADRADO 50X50X2MM COM 2,7M, BASE COM 5 PÉS DE APOIO, CONFECCIONADOS EM BARRA RETANGULAR. DOIS APOIOS DE PÉS PARA FACILITAR A SUBIDA NO EQUIPAMENTO, FABRICADOS EM TUBO RETANGULAR 50X50X2MM DE PAREDE COM 230MM DE COMPRIMENTO, LOCALIZADOS A 286MM DO SOLO E PARALELOS COM A HORIZONTAL. COMPOSTO DE 3 ESTOFADOS ERGONÔMICOS COM O FORMATO RETANGULAR, SENDO 2 PARA O APOIO DOS COTOVELOS COM 140X320MM, E UM ENCOSTO COM 410X580MM, REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI- FUNGOS. UTILIZADO NOS EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA OS GRUPAMENTOS MUSCULARES DO ABDÔMEN, TRÍCEPS E COSTAS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00
5	100006834	BANCO PARA ROSCA SCOTT: TIPO ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM DIMENSÕES DE 0,90M DE ALTURA X 0,80M DE LARGURA X 1,2M DE COMPRIMENTO PESO DE 30 KGS. POSSUI DUAS LATERAIS COM DISTÂNCIA ENTRE ELAS DE 765MM, BANCO CONFECCIONADO EM TUBOS RETANGULARES DE 100X60X2MM. OFERECE REGULAGEM DE ASSENTO, 2 ESTOFADOS ERGONÔMICOS, SENDO UM COM O FORMATO RETANGULAR (ASSENTO) COM 400MM X 200MM E UM COM FORMATO DE "V" PARA APOIO DOS BRAÇOS E PEITO, REVESTIDO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI- FUNGOS . BASE COM 3 PÉS DE APOIO SOBRE BARRA RETANGULAR. UTILIZADO NOS EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS BRAÇOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	2	UNID.	R\$ 7.950,00	R\$ 15.900,00

6	100006835	CADEIRA EXTENSORA: CONFECCIONADO TIPO ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR 100X60X2MM, TUBO QUADRADO 60X60X2MM. DIMENSÕES TOTAIS APROXIMADAS DE 1021CM DE LARGURA X 1550CM DE COMPRIMENTO X 1720CM DE ALTURA, PESANDO 166 KGS. POSSUI DUAS PARTES DISTINTAS (CAVALETE E APOIO DO BANCO) COM 4 ESTOFADOS ERGONÔMICOS DE FORMATOS: 1 RETANGULAR (ENCOSTO PARA AS COSTAS), 2 CILÍNDRICOS (ROLOS) DE APOIO PARA AS PERNAS E 1 TRAPEZOIDAL (ASSENTO), ESTOFADOS COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI- CHAMA E ANTIFUNGOS. UTILIZADO EM EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA FORTALECIMENTO DE MEMBROS INFERIORES. ENTREGUE NO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00
7	100006836	RACK PARA AGACHAMENTO: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA TUBULAR RETANGULAR DE 100MMX60MM, COM ESPESSURA DE 2,00MM, DIMENSÕES TOTAIS DE 2M DE ALTURA X 1,26M DE LARGURA X 1,75M DE COMPRIMENTO. UTILIZADO EM EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO PARA FORTALECIMENTO DE MEMBROS INFERIORES. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 7.844,00	R\$ 23.532,00
8	100006837	REMADA SENTADA UNILATERAL: ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA RETANGULAR TUBULAR DE 100X60MM, COM ESPESSURA DE 2MM E COM DOIS PINOS COM CAPACIDADE DE 120KG CADA. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO DE FORMATO TRAPEZOIDAL (ASSENTO) E RETANGULAR PARA APOIO DO PEITO, COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI- CHAMA E ANTI- FUNGOS. UTILIZADO PARA EXERCÍCIO DE MUSCULAÇÃO NO FORTALECIMENTO DOS GRUPOS MUSCULARES DE MEMBROS SUPERIORES, COMO COSTAS E BRAÇOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3		R\$ 14.300,00	R\$ 42.900,00
9	100006838	PULLEY (PUXADA COSTAS): CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR DE 100X60X2MM E 70X50X2MM, EM METRAGEM IGUAL A 16,50M, TUBO QUADRADO 50X50X2MM EM METRAGEM IGUAL A 2,10M. DIMENSÕES TOTAIS DE 2,10M DE ALTURA X 1,23M DE LARGURA X 2,00M DE COMPRIMENTO E COM DOIS PINOS COM CAPACIDADE DE 120KG CADA. UTILIZADO PARA EXERCÍCIOS DOS MÚSCULOS DE COSTAS. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO DE FORMATO TRAPEZOIDAL (ASSENTO), COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI- FUNGOS. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 15.000,00	R\$ 45.000,00

10	100006839	MÁQUINA DE PANTURRILHA SENTADA: CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA TUBULAR RETANGULAR DE 100X60MM, COM ESPESSURA DE 2,00MM. CONTA COM 3 ESTOFADOS ERGONÔMICOS NO FORMATO RETANGULAR, COM UM ASSENTO DE 400MMX250MM E DOIS APOIOS DE JOELHO COM 150MMX220MM. COM MANCAL PARA A INSTALAÇÃO DA TRAVA DE DESCANSO E BATENTE PARA A ESTRUTURA DO BANCO. UTILIZADO PARA EXERCÍCIO DE MUSCULAÇÃO NO FORTALECIMENTO DOS GRUPOS MUSCULARES DE MEMBROS INFERIORES. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	2	UNID.	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
11	100006840	MESA FLEXORA: ABNT 304, EM ACABAMENTO POLIDO, COM ESTRUTURA TUBULAR RETANGULAR DE 100X60X2MM E TUBO DE 70X50X2MM, E TUBO QUADRADO DE 50X50X2MM. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO DE FORMATO TRAPEZOIDAL E RETANGULAR PARA APOIO DO CORPO, COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI-FUNGOS. UTILIZADO PARA EXERCÍCIO DE MUSCULAÇÃO NO FORTALECIMENTO DOS MEMBROS INFERIORES. INSTALADO DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 14.645,00	R\$ 43.935,00
12	100006841	BANCO RETO: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO. ESTRUTURA COM TUBO RETANGULAR 100X60X2MM EM METRAGEM IGUAL A 0,5M DE LARGURA E 1,60M DE COMPRIMENTO E 0,7M DE ALTURA. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO, FORMATO RETANGULAR COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI-FUNGOS. UTILIZADO EM DIVERSOS TIPOS DE EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	3	UNID.	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00
13	100006842	BANCO INCLINADO 30: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO. ESTRUTURA COM TUBO RETANGULAR 100X60X2MM EM METRAGEM IGUAL A 0,5M DE LARGURA E 1,60M DE COMPRIMENTO E 0,7M DE ALTURA, COM ÂNGULO DE 30 GRAUS COM A HORIZONTAL. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO, FORMATO RETANGULAR COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI-FUNGOS. UTILIZADO EM DIVERSOS TIPOS DE EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	2	UNID.	R\$ 4.800,00	R\$ 9.600,00

14	100006843	BANCO OITENTA: CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL ABNT 304, COM ACABAMENTO POLIDO. ESTRUTURA COM TUBO RETANGULAR 100X60X2MM EM METRAGEM IGUAL A 0,5M DE LARGURA E 1,60M DE COMPRIMENTO E 0,7M DE ALTURA, COM ÂNGULO DE 80 GRAUS COM A HORIZONTAL. POSSUI ESTOFADO ERGONÔMICO. FORMATO RETANGULAR COM REVESTIMENTO EM COURVIN NAVAL, COM TRATAMENTOS UV, ANTI-CHAMA E ANTI- FUNGOS. UTILIZADO EM DIVERSOS TIPOS DE EXERCÍCIOS DE MUSCULAÇÃO. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	2	UNID.	R\$ 6.353,53	R\$ 12.707,06
15	200026371	PISO EMBORRACHADO: PRODUZIDO COM MATERIAL RECICLÁVEL, EM PLACAS DE 0,5X0,5M, COM ESPESSURA DE 5MM, COM ALTO ÍNDICE DE ABSORÇÃO DE IMPACTO. ENTREGUE DE FORMA FIXA E PERMANENTE NO SOLO DO LOCAL DA ACADEMIA.	340	UNID.	R\$ 100,00	34.000,00
TOTAL GERAL:						R\$ 420.284,06

- 1.3. Os objetos desta contratação **não se enquadram como bens de luxo**, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/21, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 36.022/22. Os **objetos são de natureza comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade possuem especificações reconhecidas e usuais do mercado;
- 1.4. O **PRAZO DE VIGÊNCIA** desta contratação é de **90 (noventa) dias**, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do art. 105 e 111 da Lei nº 14.133/21;
- 1.5. O **VALOR ESTIMADO** total da contratação é de **R\$ 420.284,06 (quatrocentos e vinte mil duzentos e oitenta e quatro reais e seis centavos)** conforme tabela do item 1.2; e saldo remanescente no valor de R\$66,02 (sessenta e seis reais e dois centavos).
- 1.6. A adoção do **PREGÃO ELETRÔNICO** é justificada pelos objetos a serem contratados possuírem natureza comuns, com características e padronização de mercado e possibilidade de julgamento pelo menor preço;
- 1.7. A adoção do critério a ser utilizado, de julgamento e contratação de menor preço por grupo, justifica-se em virtude da viabilidade econômica, mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista a dificuldade logística/operacional da administração em proceder com a contratação, recebimento e distribuição de todos os itens em separado;
- 1.8. O agrupamento em grupos minimiza os riscos da Administração em contratar produtos de fornecedores diferentes, prejudicando a entrega dos materiais, sendo lícito seu agrupamento em itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e guardem relação entre si, não sendo viável tecnicamente a sua divisão;
- 1.9. Certificamos a eficiência da compra em grupos, por propiciar ganhos para a Administração na economia de escala, uma vez que o mercado tende a oferecer preços menores quando a contratação é realizada conjuntamente, posto que os custos administrativos/logísticos são menores do que aqueles existentes na contratação individualizada;
- 1.10. Os objetos referentes deverão ser entregues de forma integral;
- 1.11. O **Grupo Único** será de **ampla participação** de interessados, inclusive **Microempresa-ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP**;
- 1.12. Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 1.13. Os valores propostos não poderão ultrapassar os valores unitários e totais estimados pela Administração para cada grupo, sob pena de desclassificação da proposta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A prática regular de atividades físicas dentre as quais a musculação e exercícios de força consolidou-se no país e, em Salvador, como estratégia efetiva de promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas e fortalecimento da autoestima. Trata-se de política pública transversal que dialoga com saúde, assistência social, esporte e segurança cidadã, atendendo ao **direito ao esporte e ao lazer** (art. 6º e art. 217 da Constituição Federal) e às diretrizes municipais de qualidade de vida.
- 2.2. Em diversas áreas da cidade, notadamente as de maior vulnerabilidade social, observa-se: (i) sedentarismo elevado; (ii)

escassez de oferta gratuita e contínua de práticas esportivas; e (iii) baixa ocupação qualificada de espaços públicos, com reflexos negativos sobre convivência comunitária e prevenção de violências. A ausência de equipamentos e insumos adequados inviabiliza a implantação e a manutenção de rotinas de exercícios acessíveis à população.

- 2.3. A contratação visa **adquirir materiais esportivos** indispensáveis à implementação do **Projeto Academia ao Ar Livre**, assegurando a oferta gratuita e regular de atividades físicas orientadas (com ênfase em exercícios de força e condicionamento) em espaços públicos do Município de Salvador/BA. Os materiais comporão kits padronizados, dimensionados para uso coletivo e seguro, conforme especificações técnicas do Termo de Referência e anexos.

2.4. O projeto visa: a) Ampliar o acesso da população a práticas de atividade física, com foco em saúde, bem-estar e autonomia funcional; b) Promover inclusão social pelo esporte e lazer, priorizando territórios com maior vulnerabilidade; c) Estimular a ocupação positiva dos espaços públicos e o fortalecimento de vínculos comunitários; d) Ofertar vivências esportivas que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos; e) Prevenir agravos decorrentes do sedentarismo e reduzir barreiras de acesso por meio de infraestrutura e materiais adequados.

- 2.5. O projeto atenderá diretamente cerca de 1.000 pessoas (12 a 100 anos), em rotatividade, ao longo da execução, e indiretamente aproximadamente 10.000 pessoas (familiares, profissionais envolvidos, rede comunitária e praticantes do entorno), alcançando 11.000 beneficiários potenciais.

- 2.6. Diante do diagnóstico apresentado e dos objetivos traçados, **justifica-se a contratação de pessoa jurídica para a aquisição de materiais esportivos** necessários à implantação e ao funcionamento do Projeto **Academia ao Ar Livre** em Salvador/BA, assegurando condições materiais para a oferta gratuita, contínua e segura de atividades físicas e de lazer, com foco em inclusão social, saúde e cidadania, no alcance estimado de **11.000 beneficiários** diretos e indiretos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A solução consiste na aquisição de equipamentos desportivos destinados à implantação do projeto **ACADEMIA AO AR LIVRE** no Município de Salvador/BA, vinculada ao **Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 944898/2023**. A finalidade é disponibilizar infraestrutura pública, gratuita e segura para práticas de atividade física e lazer, com foco em promoção de saúde, inclusão social e uso qualificado dos espaços urbanos.
- 3.2. A solução abrange a aquisição dos equipamentos, com toda a documentação técnica (manuais, certificados, garantias e ART), além de **garantia/assistência** durante o período pactuado, entregando a Academia ao Ar Livre plenamente funcional e em condições de uso, em conformidade com o Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 944898/2023 e as diretrizes deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação observará os seguintes requisitos:
- 4.2. **Sustentabilidade:** Para esta contratação, adotam-se critérios de sustentabilidade alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 4ª ed.), incorporando desde o planejamento a verificação de reuso/redimensionamento antes da compra, a consideração de custos do ciclo de vida (durabilidade, manutenção e reposição) na definição da proposta mais vantajosa, e a exigência de gestão adequada de resíduos na entrega e durante a vida útil; somam-se requisitos de acessibilidade, segurança e informação ao usuário, e obrigações contratuais de comprovação (manuais, garantias e evidências de destinação ambientalmente correta), assegurando equilíbrio entre isonomia, vantajosidade e sustentabilidade ao longo de todo o processo.
- 4.3. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 4.4. **Garantia da contratação:** Não haverá exigência de **garantia contratual de execução** (arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021), uma vez que: (i) a aquisição não apresenta complexidade nem vulto capazes de comprometer o cumprimento das obrigações; (ii) nos termos da Lei nº 4.320/1964, o pagamento ocorrerá **após o recebimento integral** dos materiais, mitigando o risco para a Administração; e (iii) a imposição de garantia pode reduzir o universo de interessados, **diminuindo a competitividade** do certame e potencialmente **elevando os custos** para a Administração.
- 4.5. **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:** Neste certame não será reservada cota do objeto para contratação prevista no art. 48, III, da LC nº 123/06, pois a reserva de cota para participação exclusiva de ME e EPP não se mostra vantajosa para a Administração e pode representar prejuízos incalculáveis com a repetição de um outro certame para itens que seriam fracassados. A não aplicação do dispositivo encontra amparo no art. 49, da LC nº 123/06.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O **PRAZO DE ENTREGA** dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única.
- 5.2. Os objetos deverão ser entregues na quantidade especificada, conforme discriminado neste Termo de Referência;
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **72 (setenta e duas) horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 5.4. Os objetos serão entregues sob responsabilidade e às custas da licitante vencedora no seguinte endereço: Av. Octávio

Mangabeira, 1818, Pituba, Salvador-BA, CEP: 41.830-050, entre a lateral do equipamento esportivo municipal Arena Aquática Salvador e em frente ao mar, de segunda à sexta-feira, das 09h às 11h e 14h às 16h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.5. Será exigida **garantia do produto, complementar à garantia legal**, por, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos objetos; o fornecedor deverá assegurar **toda a assistência técnica necessária** durante o período de garantia e, ocorrendo defeito que implique **substituição do objeto**, o prazo de garantia **reiniciará** a partir da data de entrega do item substituído.
- 5.6. A garantia do produto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato será executado fielmente pelas partes, conforme cláusulas avençadas e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos;
 - 6.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 6.4. O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 6.5. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
 - 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.7. As comunicações entre a administração e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.8. A administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.
- 7.2. As exigências de **habilitação jurídica** e **regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;
- 7.3. Para comprovação de **qualificação econômico-financeira**, o fornecedor deverá apresentar Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 7.4. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados ou certidões fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
 - 7.4.2. Declaração formal e expressa do licitante, devidamente assinada por representante legal, asseverando que as características e requisitos técnicos do objeto atendem ao que foi exigido no edital;
 - 7.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
 - 7.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
 - 7.4.5. Os critérios de qualificação técnica definidos são estritamente necessários e suficientes para avaliar a capacidade

de execução do objeto pelos proponentes, sem restringir a competitividade do certame;

- 7.5. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**;
- 7.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento

- 8.2. Os objetos serão acompanhados pelo fiscal do contrato, que terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.3. Após a verificação completa dos objetos e consequente aceitação, o fiscal emitirá termo circunstanciado;
- 8.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser concretizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada;
- 8.5. Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.10. A entrega e quaisquer outras atividades necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Pagamento

- 8.11. Por força do **Decreto Municipal nº 23.856/13**, o pagamento devido ao fornecedor será efetuado, exclusivamente, por crédito na conta corrente especificada pelo credor, mantida em instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda-SEFAZ, a saber Banco BRADESCO S/A;
- 8.12. A empresa CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal com o objeto/serviço discriminadamente e juntamente com esta, os seguintes documentos:
- 8.12.1. Certidão Negativa relativa a débitos de tributos federais, Certidão Negativa relativa a Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), Certidão Negativa relativa à Justiça Trabalhista, Certidão Negativa relativa a débitos de tributos Estaduais e Municipais (CADIN);
- 8.13. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente conforme Decreto Municipal nº 23.856/13.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da SEMPRE através da seguinte dotação:

UG: 52000 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER

Subação: 27.812.0007.206100 Gestão de Equipamentos Esportivos e de Lazer

Elemento de Despesa: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente Fonte:

1.700.1/ 1.500.1.1.1.001 / 1.501.1.1.0.001 – Tesouro

- 9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.6. Rejeitar e devolver, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam em conformidade com as exigências do Termo de Referência ou com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa à Contratada que assumirá todas as despesas daí decorrentes;
- 10.7. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades;
- 10.8. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela Contratada, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 10.9. Emitir Autorização de Fornecimento para instruir a entrega dos materiais;
- 10.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 10.11. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de **60 (sessenta) dias**, prorrogáveis por igual período;
- 10.12. Responder, no prazo de **60 (sessenta) dias**, prorrogáveis por igual período, a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, bem como efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as discriminações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 11.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 11.4. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à Contratante no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** do fato, ou da ordem expressa e escrita da Contratante;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondente ao material / serviço;
- 11.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **10 (dez) dias** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 11.9. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.;
- 11.10. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
 - 12.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - 12.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
 - 12.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 13.2. A gestão e fiscalização do contrato será de responsabilidade da Contratante, Secretaria Municipal de Promoção Social,

Combate à Pobreza, Esporte e Lazer – SEMPRE;

- 13.3. O Gestor e o Fiscal do contrato serão designados por Ato Interno do Secretário da SEMPRE, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, devendo tal ato ser anexado ao processo licitatório, com comunicação imediata à Contratada;
- 13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;
- 13.5. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO REAJUSTE

- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 14.2. Após o interregno de **01 (um) ano**, havendo pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E**, ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, devendo obedecer aos termos da Instrução Normativa SEFAZ/CGM nº 34/14;
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 14.7. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 14.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação reajuste.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O Contratado sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das demais cominações legais.

15.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação das sanções administrativas.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Este Termo de Referência foi elaborado pela unidade demandante, Diretoria de Esportes e Lazer- DEL da SEMPRE, através da cooperação técnica da sua equipe, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Salvador, 11 de novembro de 2025


BRUNO REIS
PREFEITO

Junior Magalhães
Secretário/SEMPRE
Mat. 3166 223

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR – PMS SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE		PREGÃO N.º 003/2026
NOME/CONTATO:		
RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR		
TEL:	E-MAIL:	

LOTE 01 -						
Item	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1			UN			
2			UN			
VALOR TOTAL GRUPO 1						R\$

OBSERVAÇÕES:
Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus (CIF/Salvador).

SOLICITANTE/PROCESSO	VALIDADE DA PROPOSTA	PRAZO DE ENTREGA
FORNECEDOR		DATA ASSINATURA / CARIMBO CNPJ

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA

(Nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

A - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

() 1. Não possui sócio (s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor (es) que seja (m):

a) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha (m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha (m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

() 2. Está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento vinculados ao CONTRATANTE.

() 3. São verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

B - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018

() 1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

() 2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Edital/instrumento contratual.

() 3. As partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

() 4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste Edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

() 5. A LICITANTE/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

() 6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

() 7. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será o Comitê Gestor de Dados Pessoais.

C- DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

() A LICITANTE/CONTRATADA declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

D - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

() A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

E - DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP (Assinalar se for ME/EPP)

() A LICITANTE/CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

F - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

() Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

G - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E ANEXOS

() A LICITANTE, em atendimento ao disposto no Edital, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do **Edital nº 000/2025** e seus Anexos e todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

H - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

() A LICITANTE/CONTRATADA declara que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

NOME DO ORGÃO / EMPRESA	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR TOTAL DO CONTRATO
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (R\$)		

Local, data /...../.....

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica
(Sócio responsável pela empresa)

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXX** (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº **0000000-00**, expedido pela **XXXXXX**, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº **000.000.-00**, residente à rua **XXXXXXXXXX**, nº **00** como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.

.....
(Local e data)

.....
(assinatura do representante legal)

***OBSERVAÇÃO: DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE**

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 202096/2025

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SALVADOR, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER – SEMPRE E A EMPRESA XXXXXXXX, COM BASE NO PREGÃO Nº 000/202X, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 202449/2025.

O Município do Salvador, através da **SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE**, com sede à Rua Miguel Calmon, nº 28, Comércio, Salvador/BA, CEP 40.015-010, CNPJ/MF nº 13.927.801/0017-06, neste ato representada por seu Secretário Sr. **ANTÔNIO JOSÉ DA CRUZ JUNIOR MAGALHÃES**, brasileiro, residente e domiciliado em Salvador/BA, portador do RG nº 0634942646 SSP BA, inscrito no CPF nº 887.422.615- 20, devidamente autorizado por Decreto Simples publicado no DOM nº 8.455 de 17/01/2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa XXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede em XXXXXXXX, neste ato representado(a) por XXXXXXXX (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 000.000.000-00, cédula de Identidade nº 00000000-00, expedida pela XXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 250856/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 36.784/2023 suas alterações subsequentes e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 000/202X, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. Aquisição de equipamentos desportivos para academia de ginástica para implantação do projeto ACADEMIA AO AR LIVRE no Município de Salvador/BA, Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 944898/2023, nos termos da tabela do item 1.2, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 1.2. Objeto da contratação:

GRUPO ÚNICO - ESTRUTURA						
Nº	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UM	VL UNIT R\$	TOTAL R\$
VALOR TOTAL						R\$ xxxxxxxx

- 1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. A eficácia legal do contrato e seus aditivos está adstrita à publicação do seu extrato no Portal Nacional da Contratações Públicas (PNCP), consoante art. 94 da Lei nº 10.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste contrato correrão à conta do orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, no **exercício de 2026**, da seguinte forma:

Unidade de Gestão: Núcleo Orçamentário e Financeiro - NOF ;

Subação: 27.812.0007.106700 – Implantação e Implementação de Programas de Atividades Esportivas;

Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo;

Fontes: 2.706.1. ESP

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

- 4.1. O valor total da contratação é de **R\$ 000,00 (reais e centavos)**.
- 4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada do atesto do material recebido.
- 5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA
- 5.3. Por força do Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, publicado no DOM nº 5.826 de 04/04/2013, o(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) fornecedor(es) será(ão) efetuado(s), exclusivamente, por crédito na conta corrente especificada pelo credor, mantida em instituição financeira indicada pela Secretaria Municipal da Fazenda- SEFAZ, a saber BANCO BRADESCO S/A.
- 5.4. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:
 - 5.4.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;
 - 5.4.2. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - 5.4.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;
 - 5.4.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - 5.4.5. Prova de regularidade perante o CADIN.
- 5.5. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço ou correção monetária.
- 5.6. Ocorrendo erro na Nota Fiscal/Fatura e/ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a CONTRATADA será comunicada pela CONTRATANTE, e, a partir daquela data, o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da fatura.
- 5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido, previsto na referida Lei Complementar.
- 5.10. Na hipótese de eventuais atrasos no pagamento, para os quais a CONTRATADA não tenha concorrido, esta terá direito à compensação financeira por atraso no pagamento, desde a data prevista para o efetivo pagamento até o dia de sua concretização.
 - 5.10.1. O índice de atualização é o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 - 5.10.2. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:
$$EM = N \times VP \times I, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para o pagamento e o efetivo pagamento e a data do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga em atraso;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX / 100)$

365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 6.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão/fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste Contrato independente de transcrição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/11/2025**.
- 7.2. Após o interregno de 01 (um) ano, havendo pedido da Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL – IPCA-E** ou, na sua falta, pelo índice legalmente previsto à época, devendo obedecer aos termos da Instrução Normativa SEFAZ/CGM nº 04/2014.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.3. Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.6. Devolver os materiais entregues fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao Contratado que assumirá todas as despesas daí decorrentes;
- 8.7. Notificar previamente o Contratado, quando da aplicação de penalidades;
- 8.8. Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo Contratado, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;
- 8.9. Emitir Autorização de Fornecimento para instruir a entrega dos materiais;
- 8.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos;
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados; **8.12.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período;
- 8.13. Responder, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 8.14. Se a Contratante identificar que o Contratado tenha participação em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, na licitação ou na execução do contrato, a Contratante poderá, após 14 (quatorze) dias da notificação ao Contratado, cancelar o fornecimento dos bens de acordo com os termos do contrato, bem como nas disposições sobre rescisão, aplicando esta, conforme os termos dos subitens da referida Cláusula Décima Sexta (antifraude e anticorrupção)

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na entrega dos materiais, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à Contratante no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da Contratante;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente (s) ao (s) material (is) /serviço (s);
- 9.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.7. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato;
- 9.8. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.;
- 9.9. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 9.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.
- 10.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será permitida a subcontratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- 12.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 12.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 12.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 15.984 de 21 de setembro de 2005, sem prejuízo das demais cominações legais.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII, VIII do subitem acima deste Contrato, bem como nos incisos II, III e IV que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa:
 - a) **moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
 - b) **moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **15% (quinze por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 1. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - c) **compensatória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante conforme art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa conforme disposto no art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação conforme previsão do art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 13.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159.
- 13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia conforme disposto no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e também no Portal de Compras Salvador.
- 13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

- 14.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 14.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- I. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - II. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da referida Lei.
- 14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório conforme art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

16.1. A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

a) Para os efeitos desta cláusula:

- I. “**práticas de corrupção**”¹ oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;
- II. “**prática fraudulenta**”² significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- III. “**prática colusiva**”³ significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;
- IV. “**prática coercitiva**”⁴ significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;
- V. “**prática obstrutiva**” é

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou, (bb) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos da Cláusula 16.3 abaixo.

- b) Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;
- c) Declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;
- d) Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um

¹ “Terceiros” refere-se a um agente público que atua em um processo de licitações ou na execução do contrato. Neste contexto, “agente público” inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre licitações.

² “Parte” refere-se a um agente público; os termos “benefício” e “obrigação” são relativos ao processo de licitações ou a execução do contrato; e o “ato” ou omissão” objetiva influenciar o processo de licitação ou a execução do contrato.

³ “Partes” refere-se aos participantes do processo de licitação (incluindo os agentes públicos) que tentam estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

⁴ Uma “parte” refere-se a um participante no processo de licitação ou da execução do contrato.

subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado⁵ de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

- 16.2.** Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.
- 16.3.** O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.
- 16.4.** O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Subcláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

- 17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

- 18.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011 e no Diário Oficial do Município

- DOM.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

- 19.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Seção Judiciária do Estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para todos os fins de Direito.

Salvador/BA, 00 de XXXXX de 202X.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

⁵ Um subcontratado designado, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviços (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital da licitação) é que qualquer um que tenha sido: (i) incluído pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta ele porque traz experiência específica e know-how que são considerados na avaliação da pré-qualificação do licitante ou da sua proposta; ou (ii) indicado pelo mutuário.